

ANÁLISE DAS PROVISÕES E DOS PASSIVOS CONTINGENTES NAS PRINCIPAIS EMPRESAS DE TELEFONIA DO BRASIL DE 2009 A 2014¹

Meggie Mak Vieira Hotta²

Romina Batista de Lucena de Souza³

RESUMO

O processo de convergência contábil no Brasil gerou grandes mudanças na nossa contabilidade, a fim de uniformizar os procedimentos contábeis com o de outros países para facilitar a análise dos usuários em geral. Deste modo, a correta compreensão sobre provisão e passivo contingente é importante para as empresas, pois eles poderão afetar o valor delas no mercado. O objeto deste estudo é analisar como vem sendo demonstrado o passivo contingente e a provisão nas principais empresas de telefonia com base nas normas estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 (2009) e nas informações apresentadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) entre 2009 à 2014. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e descritiva, quanto aos objetivos, e uma pesquisa documental, quanto aos procedimentos técnicos. Foram examinadas as demonstrações financeiras, notas explicativas e relatórios da administração das quatro principais empresas de telefonia do Brasil: Telefônica Brasil S.A, OI S.A, Telemar Participações S.A e TIM Participações S.A. A coleta de dados foi realizada por meio de *checklist* com base nas orientações do CPC 25. Os resultados deste estudo indicam que as empresas realizam periodicamente a avaliação dos passivos contingentes e das provisões para verificar se a saída de recursos se tornou provável. Verificou-se que os montantes de passivos contingentes das empresas são mais representativos do que os de provisão, quando comparados com o passivo total, e o mais divulgado foi o de natureza tributária, seguido do cível e do trabalhista, respectivamente. Ao longo do tempo analisado, houve crescimento das provisões, em 2010, a média foi de 62%, enquanto em 2014, foi 332%. Portanto, conclui-se que as empresas analisadas não cumprem integralmente o normativo mencionado, ainda precisam melhorar a divulgação das informações, a fim de torná-las mais transparentes, principalmente quanto à compreensibilidade, relevância e comparabilidade.

Palavras-chave: Provisões. Passivos Contingentes. Passivo. CPC 25. Telefonia.

ABSTRACT

The accounting convergence process in Brazil led to major changes in our accounting, in order to standardize the accounting procedures with those of other countries to facilitate the analysis of general users. In this way, the correct understanding of provision and contingent liability is important for companies because they may affect their value in the market. The object of this study is to analyze as it has been shown contingent liabilities and the provision

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no segundo semestre de 2015, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

² Graduanda do curso de Ciências Contábeis da UFRGS. (meggiemak@hotmail.com)

³ Orientadora: Mestre em Economia na Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS. (romina@ufrgs.br)

in the major telephone companies based on the standards set out in CPC 25 (2009) and the information presented in Brazilian Securities Commission (CVM) from 2009 to 2014 . This is a qualitative and descriptive research approach, the aims, and documentary research, as the technical procedures. The financial statements were audited, notes and management reports of the four major telephone companies in Brazil: Telefônica Brasil S.A, Oi S.A, Telemar Participações S.A e TIM Participações S.A. Data collection was carried out through checklist based on the CPC 25. The results of this study indicate that companies periodically conduct the assessment of contingent liabilities and provisions to verify that an outflow of resources has become probable. It was found that the amounts of contingent liabilities of companies are more representative than the supply, compared with total liabilities, and the most publicized was the tax, followed by civil and labor, respectively. Over the reporting period, there was an increase in provisions, in 2010 the average was 62%, while in 2014 was 332%. Therefore, it is concluded that the companies analyzed did not fully comply with the aforementioned regulations, still need to improve the dissemination of information in order to make them more transparent, especially as regards understandability, relevance and comparability.

Keywords: Provisions. Contingent Liabilities. Liability. IAS 37. Telephony.

1 INTRODUÇÃO

A abertura dos mercados de capitais impulsionou mudanças na contabilização das empresas, gerando a necessidade de uma padronização contábil a fim de poder emitir informações contábeis-financeiras úteis aos usuários internos e externos para a tomada de decisões. Assim, conforme Ernst & Young (2010, p. 20), a Lei nº 11.638/07 proporcionou mudanças significativas no processo regulatório da contabilidade, pois visou a uniformizar critérios contábeis consoantes com os definidos pela harmonização contábil internacional.

No entanto, Almeida *et al* (2012, p. 2) explica que:

No Brasil, este processo de convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais de contabilidade teve seu apogeu com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Este órgão foi criado pelo Conselho Federal de Contabilidade com a Resolução 1.055/05 e tem a finalidade de unificar os principais órgãos emissores de normas contábeis no Brasil, e que estes conduzissem as normas brasileiras de contabilidade aos padrões internacionais.

Portanto, devido a sua importância e as dificuldades de mensuração, reconhecimento e divulgação dos passivos contingentes e provisões, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (2009) – com o intuito de uniformizar e facilitar esses procedimentos, os quais são advindos do processo de convergência contábil que recentemente está sendo implantado no país, obrigatório desde 2010.

O Pronunciamento Conceitual Básico – CPC 00 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC, 2011) define o passivo como “uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos”. Portanto, ele só existirá se houver uma obrigação presente, a qual geralmente surge quando o ativo é recebido ou a entidade assina um acordo irrevogável de aquisição do ativo, e também se for resultado de um evento passado. Caso não atenda a essas condições, e a sua mensuração seja por meio da estimativa, o passivo pode ser chamado de provisão.

No exercício de suas atividades, as organizações deparam-se com passivos caracterizados pela existência de incertezas, os quais resultam de eventos passados, porém questões relativas a suas ocorrências de fato, prazos e valores precisam ser estimadas (FARIAS, 2006).

Desse modo, compreender a contabilização das provisões e passivos contingentes é fundamental para as entidades, pois eles afetarão a valorização da empresa no mercado. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça existem em torno de 90 milhões de processos em andamento no Brasil. Assim, estimar os riscos deles serem prováveis corretamente é crucial, pois poderão comprometer a receita de alguns meses de algumas companhias, podendo ocasionar impactos no lucro e na análise feita por empresas, investidores e entidades financeiras que disponibilizam recursos.

Diante dessa contextualização, a questão que motiva esse estudo é: Como as principais empresas de telefonia do Brasil estão divulgando as provisões e passivos contingentes? O objetivo deste estudo é analisar como vem sendo demonstrado o passivo contingente e a provisão nas principais empresas de telefonia com base nas normas estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 (2009) e nas informações apresentadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) entre 2009 a 2014. Além disso, realizar a análise vertical e horizontal dos dados coletados nesse período para verificar o impacto e a variação ao longo dos anos.

O artigo está organizado em cinco seções: introdução, questão problema e objetivo geral da pesquisa; revisão da literatura do tema em estudo; procedimentos metodológicos; análise dos dados; e, considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção serão apresentados os fundamentos teóricos que embasam este estudo, como o conceito de passivo, provisões e passivos contingentes, e também, o reconhecimento, a mensuração e divulgação deles.

2.1 PASSIVOS, PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Passivo é, usualmente, tratado como obrigações e compromissos de determinada entidade em termos monetários ou na forma de bens ou serviços à terceiros (RIBEIRO FILHO; LOPES; PEDERNEIRAS, 2009, p. 109). Segundo Assaf Neto (2012, p. 58), o passivo identifica as exigibilidades e obrigações da empresa, cujos valores encontram-se investidos nos ativos. No entanto, eles deixaram de simplesmente serem advindos de fornecedores ou empréstimos e passaram a representar obrigações com mais envolvidos.

O Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (2009) define objetivamente o que é provisão: “é um passivo de prazo ou de valor incertos”. SILVA; CARRARO e SILVA (2014, p. 91) ressaltam que: “[...] a provisão é um passivo. No entanto, é necessário diferenciar a provisão dos demais passivos. O principal fator de diferenciação é a existência de incerteza sobre o prazo ou o valor a ser desembolsado no futuro para que a obrigação seja liquidada”. O seu reconhecimento só dar-se-á quando a entidade tiver uma obrigação presente como resultado de um evento passado, se houver a possibilidade da necessidade de saída de recursos que incorporam os benefícios econômicos para liquidar a obrigação, e também, se puder ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Entretanto, existe ainda outro tipo de passivo, é o chamado passivo contingente, o qual se diferencia dos demais por precisar de um certo grau de estimativa para ser quantificado e previsto, como também, tem que ocorrer de um evento que pode ou não acontecer. Para Hendriksen e Van Breda (1999, p. 288), o passivo contingente é definido como:

Um sacrifício futuro provável de benefícios econômicos, resultante de obrigações presentes de uma entidade no sentido de transferir ativos ou prestar serviços a outras entidades no futuro, em consequência de transações ou eventos passados, e cuja liquidação depende de um ou mais eventos futuros com alguma probabilidade de ocorrência.

Então, Farias (2006, p. 2) esclarece:

Percebe-se que o fato gerador da obrigação deverá ter ocorrido, o que caracteriza as “obrigações presentes”, precisando ser definido quais serão os efeitos financeiros decorrentes da liquidação, bem como quando esses ocorrerão. Entretanto, não basta, apenas, que um fato já tenha ocorrido, é necessário, também, que haja alguma probabilidade de que algum sacrifício futuro seja realizado pela empresa, que não tem a alternativa de deixar de cumprir a obrigação.

Sendo assim, é importante distinguir as diferenças destes termos para poder aplicar o tratamento contábil correto, de forma a se garantir a qualidade da informação contábil. Só então, é realizado o reconhecimento e a mensuração dos mesmos, cujos esclarecimentos e métodos serão apresentados no item a seguir.

2.2 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Reconhecimento é o procedimento que consiste na incorporação ao balanço patrimonial ou à demonstração do resultado de item que se enquadre na definição de elemento que deve ser reconhecido, ou seja, que seja provável algum benefício econômico futuro associado a um item que flua da/para entidade e que tiver custo ou valor possível de ser mensurado com confiabilidade, conforme o Pronunciamento Conceitual Básico (2011). Todavia, tanto os passivos, quanto as provisões e os passivos contingentes, possuem características específicas para reconhecê-los.

Ribeiro, Lopes e Pederneiras (2009, p. 109) menciona que o reconhecimento do passivo ocorre quando se satisfaz três condições, que são: a definição do passivo, a transação deve ser razoavelmente estimada e o elemento deve passar pelos testes de relevância.

A mensuração do passivo, conforme Niyama e Silva (2008, p. 151), “deveria ser feita pelo valor presente de fluxo de caixa futuro. Entretanto, geralmente o passivo é reconhecido pelo valor de face da obrigação”. Segundo o autor, esse fato é consequência de três motivos:

- Data de liquidação: como muitos passivos possuem a data de liquidação próxima à do encerramento do exercício, a utilização do valor presente não apresentaria diferença relevante ao valor de face;
- Dificuldades no processo de mensuração: no caso, refere-se à taxa que deve ser utilizada, pois pode ser utilizada a taxa de desconto ou a própria taxa da obrigação. Contudo, há passivos que não possuem data certa de liquidação, o que gera incerteza no valor obtido, como, por exemplo, num processo judicial;

- Conservadorismo: já que, ao se adotar o valor presente, o montante das obrigações apresentadas no balanço patrimonial é menor quando se compara ao valor de face.

A existência de incerteza e a dificuldade de mensuração não poderão afetar a evidenciação dos passivos. A relevância da evidenciação do passivo, por meio de valores expressos, proverá aos usuários informações consistentes em relação à situação da empresa frente a suas obrigações (NIYAMA; SILVA, 2008).

Conforme o CPC 25 (2009), para uma provisão existir é necessário atender três critérios:

Uma provisão deve ser reconhecida quando: a) uma entidade possui uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um evento passado; b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

No entanto, o passivo contingente não deve ser reconhecido, e sim, divulgado, a não ser que seja remota a chance de saída de recursos que incorporam os benefícios econômicos.

Quanto à mensuração, o Pronunciamento Conceitual Básico (2011) define:

é o processo que consiste em determinar os montantes monetários por meio dos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado. Esse processo envolve a seleção da base específica de mensuração.

Na mensuração deve-se utilizar a melhor estimativa do desembolso para liquidar a obrigação presente na data do balanço e ela deve ser mensurada antes dos impostos. Também é preciso considerar os riscos e incertezas que existem em torno dos eventos para alcançá-la. Além disso, o valor presente dos desembolsos para liquidar a obrigação é o valor da obrigação, e também é importante refletir no valor da provisão os eventos futuros que podem afetar essa liquidação. Já os ganhos da alienação esperada de ativos não devem ser considerados ao mensurar a provisão.

Com o intuito de esclarecer a relação entre provisão e passivo contingente, o CPC 25 (2009) ressalta que todas as provisões são contingentes porque são incertas quanto ao seu prazo ou valor, mas o termo “contingente” é utilizado em passivos que não sejam reconhecidos, sendo necessária apenas a divulgação em notas explicativas, porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. Além disso, se a probabilidade de saída de recursos for remota, a divulgação não é necessária. Entretanto, deve-se avaliá-lo

periodicamente, visto que pode tornar-se provável, ou seja, com a necessidade de reconhecê-lo.

Dessa maneira, Iudícibus *et al.* (2013, p. 402) explica que:

Quando a probabilidade de saída de recursos é praticamente certa, trata-se de um passivo genuíno. Assim, segundo a probabilidade de saída de recursos, as obrigações presentes tratadas neste capítulo devem ser avaliadas e classificadas em: (a) provável; (b) possível ou (c) remota. Sendo, respectivamente: (a) uma provisão; (b) um passivo contingente divulgado; e (c) um passivo contingente não divulgado. Quando a obrigação for divulgada como provável, mas não existir estimativa confiável, divulga-se um passivo contingente.

Portanto, o reconhecimento e a mensuração da obrigação devem ser feitos antes que ela seja considerada um passivo e apareça no balanço patrimonial da entidade, a fim de se mitigar erros e de garantir a credibilidade das demonstrações contábeis. Por conseguinte, será explicado sobre a divulgação em relatório contábil-financeiro.

2.3 DIVULGAÇÃO

A divulgação do passivo contingente está prevista no art. 176 da Lei 6.404 (BRASIL; 1976) no item referente às notas explicativas. O texto da lei determina que, quando houver uma provisão para contingência, ela deverá vir acompanhada de nota explicativa. Esta, segundo a Deliberação nº 594 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2009), que revogou a Deliberação CVM nº 489 de 2005, deve esclarecer no mínimo:

- 1) a natureza da contingência (trabalhista, ambiental, cível, tributária, etc);
- 2) uma descrição pormenorizada do evento contingente que envolve a companhia;
- 3) qual a chance de ocorrência da contingência (provável, possível ou remota);
- 4) em que instâncias se encontram, em discussão, os passivos contingentes (administrativa e/ou judicial, tribunais inferiores ou superiores);
- 5) jurisprudência sobre os passivos contingentes;
- 6) avaliação das consequências dos passivos contingentes sobre os negócios da companhia.

O *International Accounting Standards Board* (IASB) – IAS 37 (2002), que é correlativo ao pronunciamento CPC 25 (2009), determina que, quando existir uma obrigação e for provável que ocorram sacrifícios futuros prováveis para sua liquidação e seja possível fazer uma estimativa confiável do montante que será pago, deve-se constituir uma provisão e divulgar em nota explicativa as seguintes informações:

- 1) o valor contábil no início e no final do período;
- 2) os valores adicionados aos já existentes ou o valor das novas provisões feitas no período;
- 3) os montantes utilizados (incorridos e baixados contra a provisão) durante o exercício;
- 4) as quantias não utilizadas e revertidas no período;
- 5) o acréscimo, durante o período, no valor descontado proveniente da passagem de tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.

O CPC 25 (2009) menciona que a provisão e o passivo contingente são caracterizados da seguinte forma:

em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente; ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Iudícibus *et al.* (2013) esquematiza o tratamento contábil, com base no CPC 25 (2009), como pode se observar no Quadro a seguir:

Quadro 1 – Tratamento Contábil

| Probabilidade de Ocorrência do Desembolso | | Tratamento Contábil |
|---|---|--|
| Obrigação Presente Provável | Mensurável por meio de estimativa confiável | Uma provisão é reconhecida e é divulgado em notas explicativas |
| | Não mensurável por inexistência de estimativa confiável | Divulgação em notas explicativas |
| Possível (mais provável que não tenha saída de recursos do que sim) | | Divulgação em notas explicativas |
| Remota | | Não divulga em notas explicativas |

Fonte: Iudícibus et al. (2013, p. 402)

Dessa maneira, a divulgação é uma etapa importante para que os usuários, principalmente externos, tenham o conhecimento das informações contábeis da entidade necessárias para a tomada de decisões econômicas, as quais devem se envolver de credibilidade.

2.4 TEMAS RELACIONADOS

A seguir serão apresentados os estudos já realizados sobre provisão e passivo contingente que foram publicados em revistas e eventos de Contabilidade dentro do período de análise da amostra. A partir disso, será possível comparar os comportamentos constatados nos estudos.

Assim sendo, Silva; Carraro e Silva (2014) tiveram por objetivo analisar o cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade, conforme estabelece a NBC TG 25 (2009) e o CPC 25 (2009), em cinco empresas do segmento de mineração, siderurgia e metalurgia listadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa, no ano de 2011. Concluíram que as entidades analisadas não cumprem completamente as exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das normas contábeis. Além disso, que há a utilização inapropriada para contas redutoras de ativo e *accruals*⁴; o passivo contingente tem maior representatividade em relação às provisões reconhecidas nos passivos totais e que a utilização do CPC 25 (2009) iria reduzir a assimetria informacional, pois algumas informações não são claras, não reduzem as incertezas dos usuários.

O estudo realizado por Ribeiro, Ribeiro e Weffortt (2013) buscou analisar o contencioso legal tributário e a visão dos juristas, advogados e auditores a respeito do CPC 25 (2009), assim como a possibilidade de Gerenciamento de Resultados com o uso de provisões sobre o contencioso legal. Como resultado, obtiveram que no Brasil se provisiona bastante o contencioso tributário, devido à legislação ser subjetiva e complexa, o que também facilita o gerenciamento de resultados. Concluíram que para mitigar as subjetividades existentes pode-se fazer associações com casos semelhantes, jurisprudência existente, e também, dependerá da experiência do profissional.

Pinto *et al.* (2014, p. 54) informam que “este artigo tem por objetivo identificar se a evidenciação quantitativa e qualitativa de provisões e passivos contingentes está relacionada com o valor de mercado das companhias abertas brasileiras, e quais fatores estão relacionados com esse nível de evidenciação”. Os resultados da pesquisa identificaram que as empresas não estão divulgando completamente o que é recomendável no CPC 25. Ademais, contatou-se

⁴*Accruals*, segundo Iudícibus *et al* (2010, p. 298), são passivos derivados de bens ou serviços, recebidos e não pagos, cuja incerteza é muito menor que no caso das provisões, por exemplo, férias e 13º salários devidos a funcionários.

que a probabilidade de a entidade divulgar essas informações é maior se o lucro por ação, o endividamento e a provisão por ação forem maior também. Verificaram ainda que a relação entre a evidenciação e o valor de mercado da companhia são inversamente proporcional, ou seja, quanto maior o valor de mercado das entidades, menor é o nível de evidenciação de informações sobre provisão e passivo contingente

Os autores Suave, Codesso e Pinto (2013) analisaram as notas explicativas do exercício de 2011 de 94 companhias mais negociadas da BM&FBovespa, com o intuito de verificarem se elas estão atendendo as disposições do CPC 25 (2009) quanto a divulgação do passivo contingente. Como resultado, o estudo apresentou que apenas 12 empresas divulgam os passivos ambientais, mas algumas já os têm provisionados, o que reduz a divulgação de contingências ambientais. Também constataram que a maior parte das divulgações feitas é de processos que já tramitam em juízo, como de causas cíveis, fiscais e trabalhistas. Em relação aos itens exigidos no CPC 25 (2009), a possibilidade de reembolso foi a menos divulgada. As empresas que atuam nas bolsas internacionais apresentaram melhor transparência.

Viviani e Fernandes (2014) avaliaram a qualidade da evidenciação dos passivos contingentes com relação ao risco legal nas companhias petrolíferas que possuem ações negociadas na bolsa do Brasil (BM&FBovespa), de Nova York (New York Stock Exchange – NYSE) e na de Londres (London Stock Exchange – LSE). A conclusão foi que a evidenciação do passivo contingente relacionado ao risco legal com as normas internacionais de contabilidade ainda é baixo, em torno de 68%, o Brasil foi o que apresentou melhor resultado quanto a qualidade (90%), seguido do Reino Unido (67%) e Estados Unidos (47%). Ademais, constataram que a forma de divulgação dos resultados não é uniforme entre as empresas e países analisados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada neste estudo é classificada quanto aos seguintes aspectos: (a) pela forma de abordagem do problema, (b) de acordo com seus objetivos e (c) com base nos procedimentos técnicos utilizados.

No que se refere à abordagem do problema, esta pesquisa é qualitativa, pois identifica e analisa dados de difícil mensuração de um determinado grupo de indivíduos em relação a um problema específico. Neves (1996, p. 4) salienta que os elementos que tornam propícios o emprego da pesquisa qualitativa são “a falta de exploração de um certo tema na literatura

disponível, o caráter descritivo da pesquisa que se pretende empreender ou a intenção de compreender um fenômeno complexo na sua totalidade”.

Quanto ao objetivo, essa pesquisa é descritiva, visto que busca-se identificar e relatar como estão sendo evidenciados os passivos contingentes e as provisões nas empresas da amostra. Além disso, Beuren (2008, p. 82) elucida que, na Contabilidade, a pesquisa descritiva torna mais compreensíveis determinadas características e/ou aspectos inerentes a ela.

Referente aos procedimentos técnicos utilizados, o estudo é caracterizado como uma pesquisa documental (BERTUCCI, 2009). De acordo com Carvalho (1998, p.157), a pesquisa documental é:

aquela realizada a partir de documentos considerados cientificamente autênticos não fraudados; tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/ comparar fatos sociais, estabelecendo características ou tendências; além das fontes primárias, os documentos propriamente ditos, utilizam-se as fontes chamadas secundárias, como dados estatísticos, elaborados por institutos especializados e considerados confiáveis para a realização da pesquisa.

O setor de telecomunicações é composto por 6 (seis) companhias abertas de telefonia fixa e 2 (duas) móveis, conforme a pesquisa realizada no site da BM&FBOVESPA. Assim, escolheu-se que a amostra deste estudo será composta de 4 principais empresas, sendo 3 classificadas como fixa (Telefônica Brasil S.A., OI S.A. e Telemar Participações S.A.) e 1 como móvel (TIM Participações S.A.); porém, cabe salientar que, apesar dessa classificação pela BM&FBOVESPA, elas são um grupo que não têm apenas a telefonia fixa ou móvel. Além disso, os dados coletados foram a partir das demonstrações financeiras disponibilizadas no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como suas notas explicativas e relatórios da administração de 2009 à 2014.

Portanto, a análise e coleta dos dados serão realizadas utilizando como métrica o *checklist* apresentado no Quadro 2, que foi feito com base nas orientações do CPC 25 (2009) para cada uma das etapas de reconhecimento, mensuração e divulgação para provisões e passivos contingentes.

Quadro 2 – *Checklist* para coleta de dados, segundo o CPC 25 (2009)

| | | |
|----------------|----------|---|
| Reconhecimento | Provisão | Obrigação presente como resultado de evento passado? |
| | | Provável saída de recursos para liquidar a obrigação? |

| | | |
|------------|--------------------------------|--|
| | | Estimativa confiável do valor da obrigação? |
| | Passivo Contingente | Empresa divulga em nota explicativa seus passivos contingentes? |
| | | Avaliação periódica a fim de verificar se a saída tornou-se provável? |
| Mensuração | Provisão e Passivo Contingente | Utilizada a melhor estimativa do desembolso para liquidar a obrigação? |
| | | Riscos e incertezas foram considerados? |
| | | Valor da obrigação representa o valor presente dos desembolsos? |
| | | Valores foram reavaliados e ajustados na data do balanço? |
| | | Há informações sobre os ganhos da alienação esperada de ativos? |
| Divulgação | Provisão | Descrição da natureza da obrigação? |
| | | Cronograma esperado das saídas? |
| | | Montante de reembolso esperado? |
| | | Valor contábil no início e fim período? |
| | | Provisões adicionais feitas no período? |
| | | Valores incorridos e baixados? |
| | | Montantes não revertidos? |
| | | Aumento no valor descontado a Valor Presente? |
| | Passivo Contingente | Breve descrição da natureza? |
| | | Estimativa de seu efeito financeiro? |
| | | Indicação das incertezas de saídas? |
| | | Possibilidade de reembolso? |

Fonte: Elaborado pela autora a partir do CPC 25 (2009)

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Nesta seção será realizada a análise descritiva dos resultados obtidos de toda a amostra tendo como base o Quadro 2. Primeiramente, serão apresentados os procedimentos realizados por cada Companhia, e posteriormente, serão expostos os resultados da análise comparativa, com o intuito de evidenciar o cumprimento da norma pelas empresas neste ramo.

Em 2009, a OI S.A. realizou o reconhecimento de provisões para Fundos de Pensão, ou seja, um benefício oferecido aos empregados de previdência complementar, e também de Perdas em Processos Judiciais. A partir de 2010, quando começa a vigorar a convergência contábil no Brasil, as provisões reconhecidas foram fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e benefícios a empregados.

A estimativa é realizada por meio de avaliações trimestrais, a partir da opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos, conforme consta nas Notas Explicativas. No entanto, a sua mensuração não foi a mais apropriada, pois deveriam ter divulgado o cronograma dos desembolsos e as premissas utilizadas.

Foram divulgados nas Notas Explicativas que a Companhia possui diversos processos, cujas expectativas de perdas são classificadas como possíveis; portanto, não foram constituídas as provisões para perdas em processos, mas divulgadas, conforme consta no CPC 25 (2009). Além disso, houve a divulgação da classificação dos processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda.

Já a Telefônica Brasil S.A. fez o reconhecimento, no Balanço Patrimonial de 2011, do passivo contingente, o que não é necessário, o CPC 25 (2009) esclarece: “A entidade não deve reconhecer um passivo contingente. O passivo contingente é divulgado, como exigido pelo item 86, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.”.

Cabe mencionar que esta Companhia utiliza o termo provisão para desmobilização de ativo, que se refere aos custos a serem incorridos pela necessidade de ter que devolver os sites (localidades destinadas a instalações de torres e equipamentos em imóveis alugados) aos proprietários nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação, conforme Nota Explicativa. Nos anos 2011 e 2012 utilizou o termo Provisão para Desmantelamento, mas nas notas explicativas nenhum esclarecimento sobre isso.

Nos anos 2009 e 2010, a Telemar Participações realizou o reconhecimento de Provisões para Fundos de Pensão, que nada mais são do que planos de benefícios de aposentadoria a empregados. Além disso, a partir de 2010, apenas divulga o passivo contingente na Nota Explicativa para processos cuja expectativa de perda é possível. Também realizou a provisão para desmobilização de ativo.

Quanto a TIM Participações, no período analisado, esta companhia não reconheceu provisões a curto prazo, mas sim a longo prazo, que foram chamadas de provisão para

contingências, ao invés de passivo contingente. Chama a atenção que, de todas as empresas analisadas, a TIM foi a única que divulgou nas Notas Explicativas a quantidade atualizada de processos movidos contra a Companhia, o que demonstra a preocupação com a transparência com os seus usuários. Além disso, somente em 2011 ocorreu a reestruturação da contabilização das provisões no Balanço Patrimonial nessa Companhia.

Dessa forma, das 4 empresas analisadas, constatou-se que todas utilizaram de forma inadequada o termo provisão para contas redutoras de ativo, como por exemplo: Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, o qual só deve ser utilizado em contas de passivo. Neste caso, o correto é utilizar o termo perda, ao invés de provisão.

A TIM Participações utilizou de forma indevida o termo Provisões para Contingências. Contingência não deve ser utilizada dentro do balanço, só pode aparecer em notas explicativas, visto que as normas caracterizam como contingências apenas as obrigações que não são contabilizáveis.

De modo geral, a ocorrência das contingências, segundo a natureza do risco, se deu em decorrência de questões trabalhistas, tributária e cível. Já para as provisões foram estimados os montantes dos processos administrativos e judiciais nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, baseado na opinião de seus assessores jurídicos externos e internos, que entendem que há prováveis chances de perdas. Cabe esclarecer que as contingências regulatórias referem-se ao descumprimento de algum dispositivo regulatório do ramo de Telecomunicações, como por exemplo, emitido pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

As Companhias analisadas não apresentaram problemas quanto ao reconhecimento das provisões e passivos contingentes. Entretanto, na mensuração, o item sobre a utilização da melhor estimativa do desembolso para liquidar a obrigação não foi satisfatória, pois, conforme é esclarecido por Ernst & Young (2010, p. 339), se existe um processo contra a empresa que é provável que o pagamento da indenização aconteça, a melhor estimativa do valor a ser desembolsado seria por meio da ponderação de todos os possíveis desfechos em relação à possibilidade de ocorrência, o que não é dito nas notas explicativas, apenas é citado que são estimativas com base na média histórica dos pagamentos efetuados em processos.

Foi na divulgação onde ocorreu maior descumprimento do CPC 25 (2009). As empresas não realizaram a divulgação do cronograma esperado de saídas e o valor do montante de reembolso esperado das provisões. Além disso, quanto ao passivo contingente, não foram divulgadas a possibilidade reembolso, nem a estimativa do seu efeito financeiro.

Na Tabela 1, foi realizada a análise vertical das provisões pelo passivo total de cada empresa e o cálculo da média das provisões para cada período. Assim, pode-se verificar que o reconhecimento dos montantes de cada empresa foi crescente de um ano para o outro; no entanto, se analisado com a totalidade dos passivos reconhecidos, elas são consideradas mínimas, em média 7%. A OI S.A foi a que mais provisionou, e a TIM Participações a que menos fez.

Tabela 1 – Análise Vertical das Provisões

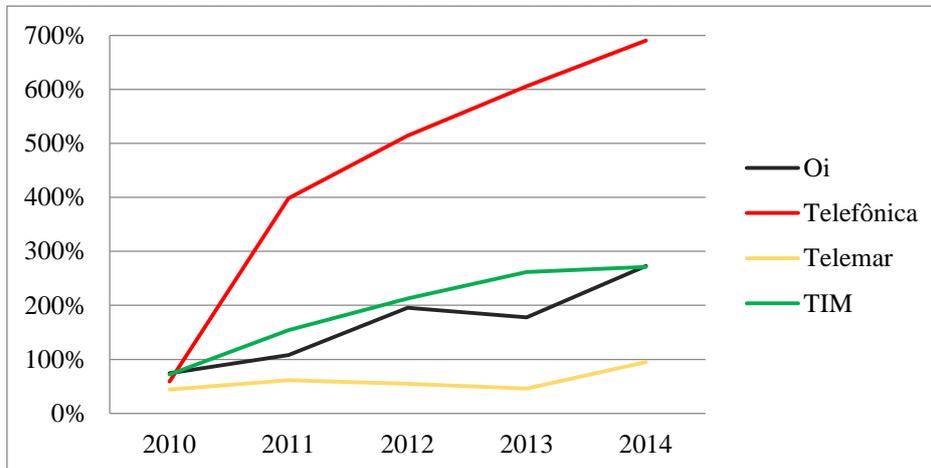
| Ano | Empresa | Passivo Total | Provisões Totais | % Provisões | Média das Provisões |
|------|------------|--------------------|------------------|-------------|---------------------|
| 2009 | OI | R\$ 22.481.263,00 | R\$ 2.464.732,00 | 11% | 6% |
| | Telefônica | R\$ 20.461.431,00 | R\$ 707.470,00 | 3% | |
| | Telemar | R\$ 61.459.402,00 | R\$ 4.709.210,00 | 8% | |
| | TIM | R\$ 14.510.688,00 | R\$ 193.595,00 | 1% | |
| 2010 | OI | R\$ 25.789.624,00 | R\$ 4.293.435,00 | 17% | 8% |
| | Telefônica | R\$ 19.966.294,00 | R\$ 1.125.069,00 | 6% | |
| | Telemar | R\$ 76.212.949,00 | R\$ 6.783.144,00 | 9% | |
| | TIM | R\$ 17.096.115,00 | R\$ 333.438,00 | 2% | |
| 2011 | OI | R\$ 28.603.970,00 | R\$ 5.124.244,00 | 18% | 9% |
| | Telefônica | R\$ 65.489.973,00 | R\$ 3.527.111,00 | 5% | |
| | Telemar | R\$ 78.609.078,00 | R\$ 7.601.808,00 | 10% | |
| | TIM | R\$ 20.097.289,00 | R\$ 492.465,00 | 2% | |
| 2012 | OI | R\$ 78.099.937,00 | R\$ 7.282.485,00 | 9% | 7% |
| | Telefônica | R\$ 70.254.667,00 | R\$ 4.343.689,00 | 6% | |
| | Telemar | R\$ 79.405.702,00 | R\$ 7.298.061,00 | 9% | |
| | TIM | R\$ 23.517.490,00 | R\$ 605.255,00 | 3% | |
| 2013 | OI | R\$ 68.711.498,00 | R\$ 6.847.520,00 | 10% | 7% |
| | Telefônica | R\$ 69.541.075,00 | R\$ 4.994.164,00 | 7% | |
| | Telemar | R\$ 77.330.524,00 | R\$ 6.863.934,00 | 9% | |
| | TIM | R\$ 26.333.240,00 | R\$ 700.265,00 | 3% | |
| 2014 | OI | R\$ 107.802.315,00 | R\$ 9.194.097,00 | 9% | 7% |
| | Telefônica | R\$ 73.065.288,00 | R\$ 5.592.059,00 | 8% | |
| | Telemar | R\$ 115.420.573,00 | R\$ 9.196.813,00 | 8% | |
| | TIM | R\$ 29.327.441,00 | R\$ 718.557,00 | 2% | |

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa (2015)

No intuito de melhor visualizar a evolução do reconhecimento desta conta pelas Companhias, foi realizada a análise horizontal das provisões, conforme o Gráfico 1, no qual utilizou-se 2009 como ano base. Por meio dele, é possível verificar que houve um aumento

bastante considerável no reconhecimento das provisões, principalmente na Telefônica, a qual possui maior capital social.

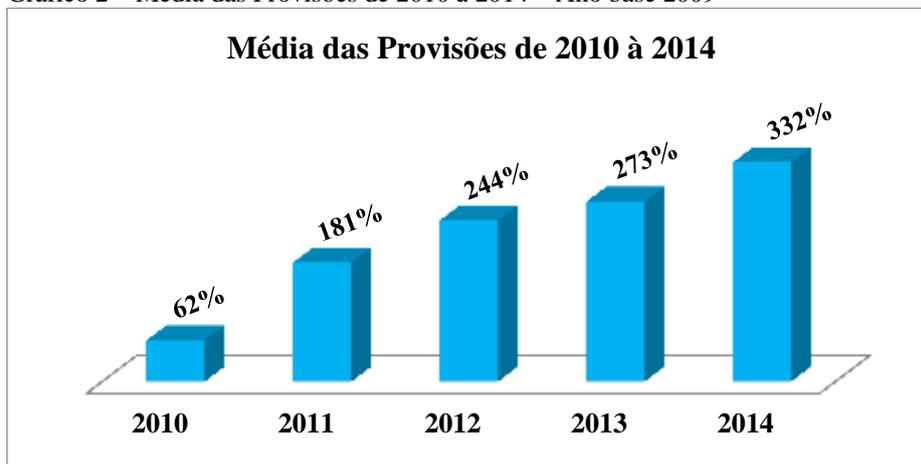
Gráfico 1 – Análise Horizontal das Provisões – Ano Base 2009



Fonte: Dados da Pesquisa

O Gráfico 2 mostra a evolução do crescimento da média das provisões de 2010 à 2014, tendo como base o ano de 2009. Por meio dele, constata-se que com o passar dos anos houve um crescimento bastante considerável das provisões, em 2010 a média foi de 62%, enquanto em 2014 foi 332%.

Gráfico 2 – Média das Provisões de 2010 à 2014 – Ano base 2009



Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com o ilustrado na Tabela 2, o passivo contingente com maior representatividade na divulgação, ou seja, quando é considerado que o risco de perda é possível, no período de 2009 à 2014, foi o tributário, com uma média de 77%, em segundo lugar ficou cível (14%) e em último o trabalhista (9%).

Tabela 2 – Principais Passivos Contingentes Divulgados

| Ano | Empresa | Trabalhista | Tributária | Cível | % Passivo Contingente | Média para Cada Ano |
|-----------------------------|------------|-------------|------------|-------|-----------------------|---------------------|
| 2009 | OI | 18% | 11% | 71% | 20% | 21% |
| | Telefônica | 1% | 86% | 13% | 21% | |
| | Telemar | 10% | 62% | 28% | 31% | |
| | TIM | 9% | 80% | 11% | 12% | |
| 2010 | OI | 36% | 43% | 21% | 30% | 23% |
| | Telefônica | 3% | 86% | 11% | 24% | |
| | Telemar | 12% | 71% | 17% | 27% | |
| | TIM | 7% | 82% | 12% | 13% | |
| 2011 | OI | 43% | 45% | 12% | 23% | 25% |
| | Telefônica | 3% | 83% | 14% | 21% | |
| | Telemar | 14% | 79% | 6% | 29% | |
| | TIM | 6% | 87% | 7% | 28% | |
| 2012 | OI | 4% | 89% | 7% | 24% | 26% |
| | Telefônica | 2% | 82% | 16% | 24% | |
| | Telemar | 6% | 88% | 6% | 24% | |
| | TIM | 4% | 87% | 8% | 31% | |
| 2013 | OI | 4% | 90% | 5% | 29% | 29% |
| | Telefônica | 2% | 82% | 17% | 29% | |
| | Telemar | 4% | 90% | 5% | 26% | |
| | TIM | 5% | 88% | 7% | 31% | |
| 2014 | OI | 5% | 89% | 6% | 20% | 27% |
| | Telefônica | 1% | 82% | 17% | 36% | |
| | Telemar | 5% | 89% | 6% | 19% | |
| | TIM | 5% | 87% | 8% | 34% | |
| Média do Período de Análise | | 9% | 77% | 14% | 25% | 25% |

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa (2015)

Assim como Silva; Carraro e Silva (2014), também foi constatado que o passivo contingente tem maior representatividade do que as provisões quando comparado com o passivo total de cada Companhia da amostra, a média foi de 25%. Além disso, percebe-se que a cada ano cresce mais a divulgação do passivo contingente de natureza tributária, devido a nossa legislação ser complexa, conforme Ribeiro, Ribeiro e Weffortt (2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com êxito, a presente pesquisa atingiu seu objetivo que foi analisar como vem sendo demonstrado o passivo contingente e a provisão nas principais empresas de telefonia com base nas normas estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 (2009) e nas informações

apresentadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) entre 2009 a 2014, a fim de ampliar o conhecimento sobre esse tema e colaborar com estudos já realizados.

Os resultados da pesquisa demonstraram que após a obrigatoriedade da convergência contábil no Brasil, as companhias melhoraram a transparência das informações; entretanto, elas não cumprem completamente o CPC 25 (2009), ratificando o que outros autores já haviam constatado em suas pesquisas. Isso, provavelmente, por causa da complexidade dos normativos e da dificuldade de se ter uma estimativa confiável de um tema tão subjetivo.

As empresas realizam periodicamente a avaliação dos passivos contingentes e das provisões para verificar se a saída de recursos se tornou provável, em média a cada 3 meses. Os riscos foram classificados em remoto, possível e provável, sendo demonstrados em tabelas os seus valores. Ademais, foi realizada a descrição do passivo contingente pela sua natureza (cível, trabalhista e tributário) e também foram detalhados em uma tabela o valor no inicial e o final.

As provisões foram detalhadas pelas seguintes naturezas: cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias (esta última realizada somente pela TIM Participações). Também utilizaram uma tabela para demonstrar o saldo inicial, a atualização monetária, adições ou reversões, baixas por pagamentos ou encerramentos e o saldo final, o que possibilitou a divulgação das informações de forma mais clara.

Toda a amostra apresentou de forma inadequada a utilização do termo provisão para contas redutoras de ativo, como por exemplo: Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, o qual deveria ser chamado de perda. Ademais, a TIM Participações utilizou de forma indevida o termo Provisões para Contingências. Contingência não deve ser utilizada dentro do balanço, só pode aparecer em notas explicativas, visto que as normas caracterizam como contingências apenas as obrigações que não são contabilizáveis.

As Companhias analisadas não apresentaram problemas quanto ao reconhecimento das provisões e passivos contingentes. Na mensuração, o item sobre a utilização da melhor estimativa do desembolso para liquidar a obrigação não foi satisfatório. Já na divulgação foi onde houve um maior descumprimento dos normativos, pois elas não realizaram a divulgação do cronograma esperado de saídas e o valor do montante de reembolso esperado das provisões, e no passivo contingente, não foi feita a divulgação da possibilidade reembolso, nem a estimativa do seu efeito financeiro.

Verificou-se que os montantes de passivos contingentes das empresas são mais representativos do que o de provisão quando comparados com o passivo total. Ao longo do

tempo analisado, houve crescimento do provisionamento, em 2010 a média foi de 62%, enquanto em 2014 foi 332%.

Como limitação do presente estudo, destaca-se a quantidade de empresas analisadas. Para demais pesquisas, sugere-se o aumento da amostra complementando com outros setores e que o intervalo de tempo seja feito após 2010.

Portanto, esta pesquisa é relevante, visto que contribui para a compreensão deste normativo, ajuda a verificar a realidade da contabilização no Brasil e ainda colabora com os órgãos reguladores do mercado de capitais no monitoramento das evidenciações contábeis. O cumprimento do CPC 25 (2009) mitiga a divergência de informações e facilita a sua análise para a tomada de decisões e avaliações da entidade pelos usuários em geral.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. G. Oliveira de et al. Convergência da Contabilidade Brasileira aos Padrões Internacionais: Um Estudo Comparativo entre Contabilistas e Docentes. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12. 2012. São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2012.

ASSAF NETO, Alexandre; **Estrutura e Análise de Balanços: Um Enfoque Econômico-Financeiro**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BERTUCCI, J. L. O. **Metodologia Básica para Elaboração de Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC): ênfase na elaboração de pós-graduação Lato Sensu**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BEUREN, Ilse Maria. Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BMF&FBOVESPA. **Empresas Listadas**. 2014. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?segmento=Telefonia+Fixa&idioma=pt-br>> Acesso em: 28 set. 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 25 de out. 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispões Sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em: 28 de out. 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2011**. Dispões sobre o aviso prévio e dá outras competências. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112506.htm>. Acesso: 29 de out. 2014.

CARVALHO, Maria Cecília M. de. **Técnicas de metodologia científica: construindo o saber**. Campinas: Papirus, 1988.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, de 26 de junho de 2009**. Disponível em : <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56>>. Acesso em: 28 set. 2014.

_____. **CPC 00: Pronunciamento conceitual básico: estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro**. Brasília: CPC, 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/Arquivos/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 25 out. 2014.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Deliberação CVM nº 489, de 03 de outubro de 2005**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/deli/deli489.html>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

ERNST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/deli/deli594.html>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

FARIAS, Manoel Raimundo Santana. Bases conceituais e normativas para reconhecimento e divulgação do passivo contingente: um estudo empírico no setor químico e petroquímico brasileiro. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo, **Anais....** São Paulo: CCP-USP, 2006.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD - IASB. **IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets**. Londres: IASB, 2002.

IUDÍCIBUS, S. *et al.* **Manual de contabilidade societária aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. *et al.* **Manual de contabilidade societária aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas de Administração**. v. 1, n. 3, p. 1-5, julho/dezembro, 1996.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da Contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PINTO, A. F.; AVELAR, B.; FONSECA, K. B. C.; SILVA, M. B. A.; COSTA, P. S. Value relevance da evidenciação de provisões e passivos contingentes. **Pensar Contábil**, v. 16, n. 61, p. 54-65, setembro/agosto, 2014.

RIBEIRO, A. C.; RIBEIRO, M. DE S.; WEFFORT, E. F. J. Provisões, contingências e o pronunciamento CPC 25: As percepções dos protagonistas envolvidos. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 3, p. 38-54, julho/setembro, 2013.

RIBEIRO FILHO, J. F.; LOPES, J. E. G.; PEDERNEIRAS, M. M. M.. **Estudando Teoria da Contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, T. S.; CARRARO, W. B. W. H. Análise do cumprimento das exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes em empresas de mineração, siderurgia e metalurgia. **Revista ConTexto**. v. 14, n. 27, p. 89-103, maio/agosto, 2014.

SUAVE, R.; CODESSO, M. M.; PINTO, H. M.; VICENTE, E. F. R.; LUNKES, R. J. . Divulgação de passivos contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBovespa. **Revista da UNIFEFE**, v. 1, n. 11, p. 1-17, janeiro/julho, 2013.

VIVIANI, S.; FERNANDES, F. C. Qualidade da Evidenciação de Passivos Contingentes Relacionados ao Risco Legal: um estudo em empresas petrolíferas brasileiras, Estadunidenses e britânicas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 38., Rio de Janeiro, 2014. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.